

## **Interfaces entre a Educação do Campo e o êxodo rural da juventude camponesa**

Marizete Andrade da Silva<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Programa de Pós Graduação em Educação/Faculdade de Educação. Avenida Presidente Antônio Carlos 6627, Pampulha. Belo Horizonte - MG. Brasil.

*Autor para correspondência/Author for correspondence: marizethandrade@hotmail.com*

**RESUMO.** Durante as últimas décadas o campo vem perdendo expressivamente seu contingente populacional e, entre a juventude, essa desintegração torna-se mais agravante, pois compromete a implantação de um projeto socialmente justo para o campesinato brasileiro. Neste sentido, o presente estudo objetiva refletir sobre os valores e princípios da Educação do Campo frente ao desafio do êxodo da juventude camponesa. Ressaltamos que não podemos atribuir a responsabilidade de superação desta problemática às experiências educativas que se desenvolvem no campesinato, ainda que emancipadoras. Partimos do pressuposto de que a Educação do Campo contribuirá para restringir este fluxo migratório através dos valores e princípios que defendem e cuja materialização ocorre através de práticas educativas. Resultante de pesquisa bibliográfica apoiada em estudos de Abramovay et al. (1998), Caldart (2015, 2004, 2002), Molina (2015), Galindo (2014) entre outros, a investigação indicou que o fenômeno do êxodo rural da juventude camponesa provém de inúmeros fatores, em que sobressai a ausência de políticas públicas abrangentes. Considerou-se, também, a imprescindível inclusão da diversidade e extensão do campesinato nas políticas educacionais, ressaltando a realidade objetiva das populações que criam e recriam este espaço como modo de vida.

**Palavras-chave:** Educação do Campo, Práticas Educativas, Êxodo Rural, Juventude Camponesa, Políticas Públicas.



## Interfaces between Countryside Education and the rural youth peasant exodus

**ABSTRACT.** During the past few decades, the countryside has significantly lost its population and, among youth, this disintegration has become even worse because it compromises the implantation of a socially fair project to Brazilian peasantry. In this sense, this study aims at reflecting about the values and principles of Countryside Education faced with young peasants' exodus. We highlight that we cannot deem educational experience that is developed among peasants responsible for solving this issue, even if these experiences are liberating. We depart from the assumption that Countryside Education will contribute to restricting this migration flow through the values and principles it defends and whose realization takes place through educational practice. Resulting from bibliographical research based on studies by Abramovay et al. (1998), Caldart (2015, 2004, 2002), Molina (2015), Galindo (2014), among others, this investigation shows that the phenomenon of rural youth peasant exodus derives from a number of factors, among which the lack of comprehensive public policies. We consider indispensable to broaden educational policies to the diversity and extension of peasantry, highlighting the objective reality of populations who create and recreate this space as a way of life.

**Keywords:** Countryside Education, Educational Practice, Rural Exodus, Peasant Youth, Public Policies.

## Interfaces entre Educación del Campo y el éxodo rural de la juventud campesina

**RESUMEN.** Durante las últimas décadas el campo viene perdiendo expresivamente su contingente poblacional y, entre la juventud esa desintegración es más agravante, pues compromete la implementación de un proyecto socialmente justo para el campesinado brasileño. En este sentido, el presente estudio objetiva reflexionar sobre los valores y principios de la Educación del Campo frente al desafío del éxodo de la juventud campesina. Resaltamos que no podemos atribuir la responsabilidad de superación de esta problemática a las experiencias educativas desarrolladas en el campesinado, aunque emancipadoras. Partimos del supuesto de que la Educación del Campo contribuirá para restringir este flujo migratorio a través de los valores y principios que defienden y cuya materialización ocurre por las prácticas educativas. Resultante de la pesquisa bibliográfica apoyada en estudios de Abramovay et al. (1998), Caldart (2015, 2004, 2002), Molina (2015), Galindo (2014), entre otros, la investigación indicó que el fenómeno del éxodo rural de la juventud campesina proviene de innúmeros factores, destacando la ausencia de políticas públicas más amplias. Consideró, también, la imprescindible cobertura de las políticas educacionales a la diversidad y extensión del campesinado, resaltando la realidad objetiva de las poblaciones que crean e recrean este espacio como modo de vida.

**Palabras clave:** Educación del Campo, Prácticas Educativas, Éxodo Rural, Juventud Campesina, Políticas Públicas.

## Introdução

A Educação do Campo no Brasil surgiu no século XX, através de lutas populares forjadas expressivamente pelos movimentos camponeses organizados, tendo como finalidade garantir que trabalhadores e trabalhadoras do campo tenham o direito de educar-se conforme suas especificidades culturais e sua identidade. Ressalta-se que a demanda por um projeto educativo peculiar para o campo brasileiro, historicamente, esteve presente nas pautas reivindicatórias dos sujeitos camponeses. Contudo, somente no final dos anos 1990 produziu sua maior reação como consequência de uma formação política mais substancial e engajada dos movimentos sociais camponeses, que exigia a Educação do Campo como dever do Estado, principalmente a partir de políticas públicas mais abrangentes.

O conceito de Educação do Campo foi construído no interior das contestações dos movimentos sociais do campo, “nas lutas contra hegemônicas dos sujeitos que buscam diferenciar seu projeto educativo daquele da histórica educação rural.” (Oliveira, 2015, p. 46). Portanto, não é só escolarização que a concepção abarca, ela contempla também uma troca de saberes que permite uma transformação da

realidade, segundo o entendimento ontológico dos homens, tendo em vista melhores condições de vida para o coletivo. O sentido da educação do campesinato faz referência a uma maneira de viver, que é próprio daqueles que buscam manter uma relação com a natureza equilibrada, e, cuja apropriação da mesma ocorre mediatizadas pelo trabalho.

Os camponeses constituem sujeitos, que tendo acesso a terra e aos recursos naturais que esta suporta, solucionam seus problemas reprodutivos a partir da produção rural desenvolvida, de tal modo, que não se distingue o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que sobrevivem com o resultado desta alocação. No decorrer de suas vidas, e, nas interações sociais estabelecidas, esses sujeitos desenvolvem hábitos de trabalho e consumo e distintas formas de apropriação da natureza que lhes caracteriza peculiaridades no jeito de viver e ser no complexo âmbito das sociedades capitalistas contemporâneas (Costa, 2004). Deste modo, é conveniente pensar que, na proposta educativa dos atores que apresentam a Educação do Campo destaca as relações de trabalho, sua produção de cultura e a plena diversidade territorial e histórica.

A posterior implementação de políticas públicas como o Programa

Nacional da Reforma Agrária (PRONERA)<sup>i</sup>, Programa de Apoio à Formação Superior de Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO)<sup>ii</sup> e o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO)<sup>iii</sup>, representou um importante avanço na expansão de experiências educativas do campo. Permitiu, ainda, que estas fossem articuladas, reforçando o entendimento que, embora negligenciados pelo Estado, o protagonismo dos trabalhadores e trabalhadoras do campo desencadeou ações que se afirmavam contrapondo o determinismo da história. Mesmo que legitimem a força da presença governamental nas iniciativas populares e, em determinadas circunstâncias enfraqueçam a autonomia dos movimentos sociais e seus parceiros, como as universidades públicas, estas políticas estabeleceram uma outra dimensão para entender a Educação do Campo, o que a possibilitou ser discutida e reconhecida através de documentos oficiais do Estado.

Ao apresentar-se como um dos eixos que sustentam um desenvolvimento incompatível com a lógica de reprodução capitalista, a Educação do Campo confronta inúmeras problemáticas, como a diminuição do número de escolas do campo, pouca oferta de ensino em todos os níveis educacionais, especialmente

superior e a qualificação e ampliação do orçamento dos seus programas. Tais desafios são elementos constitutivos da marginalização de vida dos (as) camponeses (as), ou ainda, representam os resultados desta precarização que vão se metamorfoseando e tornando-se versões contemporâneas de práticas opressoras arcaicas. A notória preponderância dos latifúndios produtivos nas políticas governamentais em prejuízo da agricultura camponesa exemplifica uma das atualizações do que há de mais antigo em termos de padrão de poder agrário no Brasil.

Dentre os vários enfrentamentos que a Educação do Campo vem contrapondo nos últimos tempos, resultado desta racionalidade desenvolvimentista projetada para o campo, o êxodo da juventude camponesa representa, especialmente, uma questão muito complexa que não se insere somente no âmbito da restrição de se efetivar a educação camponesa. Impossibilita, para o campesinato, a execução de um projeto de desenvolvimento cuja implementação caracteriza-se em ressaltar a identidade camponesa, ao contrário do que se exige o projeto modernizador de toda a sociedade que somente se afirma deformando e homogeneizando os valores culturais.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), que considerou para coleta de dados às legislações de cada município para subdividir o espaço territorial brasileiro em áreas urbanas e rurais, ou seja, são definidas como rurais áreas externas aos perímetros urbanos de cidades ou vilas, 2 milhões de pessoas deixaram o meio rural entre os anos de 2000 a 2010, sendo que 1 milhão desta população que emigra é considerada jovem. Sob vários aspectos esta saída em massa pode ser desastrosa para o futuro do campesinato que os movimentos sociais idealizam, incluindo, até mesmo, o comprometimento do fortalecimento dessas organizações sociais.

Diante deste contexto, o presente estudo aborda como as práticas educativas do espaço campesino podem influenciar a interrupção da saída da juventude do campo para a cidade em um processo migratório. Trata-se de uma pesquisa qualitativa desenvolvida através de estudos bibliográficos que descrevem a materialidade da Educação do Campo a partir do protagonismo dos trabalhadores e das trabalhadoras camponesas. Utilizam-se, também, discussões que dizem respeito aos motivos reais que influenciam diretamente o êxodo da juventude para contextos urbanos, tendo entre as referências Cover & Cerioli (2015),

Brumer (2004) e Abramovay et.al. (1998). Enfatizamos que, neste texto, não apresentaremos respostas à problemática, uma vez que trata de uma questão complexa para a qual se exige um debate profundo que envolve inúmeros aspectos sócio-históricos, culturais e econômicos do campesinato. Portanto, nos limitaremos a discutir os possíveis caminhos que as expressões teóricas já apresentaram.

### **Juventude camponesa enquanto categoria de análise**

Segundo o último Censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2006, dos 5.175.489 estabelecimentos rurais do país 84,4% são constituídos de pequenas propriedades; este quantitativo representa 80,25 milhões de hectares, o que corresponde a 24,3% do território nacional. No que diz respeito aos aspectos populacionais, o Censo Demográfico de 2010 identificou que 30 milhões de pessoas vivem em áreas rurais, desta totalidade 27% jovens. Considerando que a população brasileira jovem constitui-se de 51 milhões de pessoas, decorre-se que um em cada seis jovens vivem no contexto rural brasileiro.

Diante de um cenário que envolve a crise da agricultura camponesa e o avanço sistemático de processos socioeconômicos

predatórios, que transformam o campo brasileiro em um território cada vez mais discrepante do ponto de vista econômico, a juventude rural encontra-se na linha de frente como a faixa demográfica que é atingida de forma mais dramática pela expansão da falta de perspectivas das famílias agricultoras. Este fato decorre pela busca destes jovens por afirmações para seu futuro, dentro do cenário socioeconômico, e da necessidade de construir projetos que geralmente estão relacionados ao desejo de inserção no mundo moderno.

Distante por muito tempo das prioridades de programas de desenvolvimento e pesquisas acadêmicas que envolviam o espaço rural, essa categoria vem gradativamente atraindo a atenção dos teóricos em questões rurais. Ao compreender a juventude rural como agente de mudança, Castro (2005) aponta que trata-se de um segmento que se destacou nos últimos anos como foco de investigação, pelo fato de que através dele é possível elucidar o mundo rural contemporâneo e entender as novas estratégias utilizadas que objetivam superar os problemas que os jovens vivenciam em suas atividades de caráter laboral.

Compreende-se que a definição da categoria jovem seja uma das mais

complexas, considerando os momentos da vida humana e as outras faixas etárias. Isso decorre pelo consenso que por ser uma etapa transitória está localizada em um espaço bastante variável e móvel<sup>iv</sup>. Para Carneiro e Castro (2007) as discussões que remetem ao termo juventude configuram em uma série de conceitos que muitas vezes apresentam divergências. Culturalmente estabelecida, a delimitação desta etapa da vida é sempre imprecisa, fazendo referência ao término dos estudos, ao início da vida profissional, à saída da casa paterna ou à formação de uma nova família ou, simplesmente, diz respeito a uma faixa etária. Discorrendo sobre o desafio de abordar teoricamente a juventude, Stropasolas (2002, p. 131) sustenta que esta categoria é “sociologicamente problemática”.

A literatura tem ressaltado, conforme Menezes (2007), que a juventude rural abrange grupos com situações históricas, espaciais e sociais heterogêneas, assim como são suas estratégias de reprodução social. Existem aqueles que se estabelecem nos espaços rurais e se envolvem diretamente com o trabalho familiar; os que desenvolvem trabalhos temporários em safras específicas como o da cana-de-açúcar; outros que recorrem a trabalhos urbanos nas capitais ou cidades metropolitanas de seu estado e também

fora dele e, ainda, aqueles que se capacitam para outras profissões através da educação formal. Segundo Caldart (2002, p.30), especificando esta diversidade, o campo constitui-se de diferentes sujeitos. São os pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, camponeses, assentados, reassentados, ribeirinhos, povos da floresta dos projetos, caipiras, lavradores, sem-terra, caboclos, meeiros, boias-frias e outros mais. Deste modo, neste estudo, quando nos referimos à juventude camponesa estamos nos remetendo aos sujeitos sociais que compõem a estrutura da unidade produtiva da família agricultora, que residem no campo e de lá tiram grande parte do sustento. São atores sociais importantes para a transferência de heranças culturais que vão desde o desenvolvimento de práticas agrícolas tradicionais até outras formas de manutenção de valores sociais, políticos e religiosos que caracterizam e conferem identidade a comunidade camponesa.

A especificidade sociológica da juventude camponesa deve-se a reprodução e socialização no processo das atividades agrícolas familiares que os distingue da juventude urbana, ou até mesmo do espaço rural, que não desenvolvem estas atividades. As relações sociais que atribuem particularidades e sentido a

juventude camponesa estão estabelecidas na posição que estes ocupam na divisão social do trabalho. Assim, o trabalho assume lócus da produção material e também simbólicos como as identidades, ideias e representações, considerando que os jovens integram a unidade produtiva agrícola. Portanto, a participação no processo de trabalho familiar é o traço específico destes jovens agricultores (Weisheimer, 2007, p. 239).

Para além do entendimento do trabalho como garantia de sobrevivência a partir do acesso a recursos econômicos, ele faz alusão a um comportamento dos seres humanos diante da realidade, no qual manifesta seus saberes acumulados. No mesmo processo em que o (a) jovem camponês (a) utiliza a herança social para a intervenção na realidade, é possível o surgimento de outros saberes, uma vez que o trabalho também se constitui enquanto mecanismo de criação. Para Marx (1983, p. 149):

O trabalho é um processo entre homem e natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a ... ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza.

Além de ser sujeito social, a juventude camponesa, pode ser compreendida como um sujeito político,



uma vez que também está comprometida com as organizações coletivas que exigem mudanças estruturais para o campo. A participação desta categoria na defesa da construção do projeto contra hegemônico permite que as relações políticas sejam ressignificadas, uma vez que são incorporadas através de novas demandas, diferentes estratégias de contestação e outros movimentos ideológicos para conter o avanço do projeto neoliberal.

Diante da correlação de forças entre a territorialização do agronegócio e a agricultura familiar que corresponde ao atual contexto do campesinato é necessária uma militância jovem mais incisiva na defesa de um espaço humano de reforma agrária. Ao apresentarem objetivos antagônicos, não é possível que estes dois padrões sociopolíticos coexistam de forma harmoniosa: o pleno desenvolvimento de um exige o retrocesso do outro. Neste cenário, o protagonismo da juventude, a presença e o interesse da permanência destes no campo é imprescindível para que seja executado o projeto histórico dos movimentos sociais que defende a soberania camponesa.

As pautas políticas da juventude que vive no campo, conforme Galindo (2014), evidenciam uma convergência que circundam determinados temas como: terra, educação, trabalho, lazer, cultura,

esporte, comunicação, tecnologias de informação e participação. Assim, é necessário que o Estado demonstre de maneira mais estratégica a articulação entre ações e programas específicos da juventude e políticas estruturantes para o desenvolvimento do campesinato. As respostas que os governos apresentam, de modo geral, normalmente expressas através de ações de caráter pontual como pequenos ajustes nos programas e editais específicos, não são suficientes para garantir a emancipação e a autonomia da juventude camponesa. Para tanto, é preciso acentuar a luta que apresenta como bandeiras estratégicas a reforma agrária e a Educação do Campo, com o objetivo de superar o ciclo de disparidades que historicamente caracterizam o campo brasileiro.

### **Diálogos entre a Educação do Campo e os múltiplos fatores do êxodo da juventude camponesa**

Ao iniciarmos esta reflexão sobre as práticas educativas da Educação do Campo frente ao desafio do êxodo da juventude camponesa ressaltamos que não podemos atribuir à responsabilidade de superação desta problemática histórica às experiências educativas que se desenvolvem no campesinato, ainda que emancipadoras. Partimos do pressuposto que a Educação do Campo poderá

contribuir para restringir este fluxo migratório através dos valores e princípios que defendem e que se materializam através de práticas educativas. De modo geral, o êxodo da juventude é o resultado da escassez de políticas públicas abrangentes para os agricultores camponeses. Os programas e as políticas atuais, no formato que se originam e vigoram, não possibilitam contemplar, de maneira expressiva, os sujeitos sociais que constituem o campo brasileiro e garantir transformações significativas que permitam a autonomia da juventude para consolidar seus projetos de vida.

Até meados dos anos 40 o Brasil era um país predominantemente rural, todavia, no início do século XXI, a população que residia em centros urbanos chegava a representar 85% de toda a população (IBGE, 2010). Poucos países passaram por um movimento tão intenso, como esse e, como consequência, o espaço rural brasileiro foi transformando em um território de concentração cada vez mais acentuada de renda. Outro agravante é o fato de que a população rural, que declina expressivamente desde os anos 60, torna-se cada vez mais velha. Um dos fatores relevantes que produziu este fenômeno, de acordo com Maia e Sakamoto (2014) é o decréscimo na taxa de fecundidade rural. O envelhecimento da população é uma

constante em decorrência principalmente de uma maior expectativa de vida humana e, este fato resulta principalmente de avanços na área da medicina e do saneamento básico, o que refletiu diretamente na melhoria da qualidade de vida em inúmeros aspectos. Contudo, o envelhecimento rural também mantém relação intrínseca com o deslocamento da juventude camponesa para a cidade.

Estas alterações significativas no modo de vida e na produção camponesa, são reflexos de modificações no campo que tem privilegiado a agricultura capitalista em detrimento da agricultura familiar, excluída do modelo econômico assumido por diferentes governos, situação que permanece até os dias atuais. Estas transformações profundas pelo qual o campesinato passa foram originadas pela reprodução e expansão da lógica capitalista no campo que encontrou sua expressão ainda na década de 1960, com a introdução da chamada Revolução Verde<sup>v</sup>. Esta modernização da agricultura contribuiu para acelerar processos de desumanização existentes e gerar outros novos, como a estagnação de culturas alimentares e da mão de obra, intensificação do sistema de concentração fundiária e a utilização predatória dos recursos naturais. Estas transformações podem ser analisadas a partir de duas dimensões: a primeira

refere-se à deterioração ou perda dos patrimônios culturais imateriais constitutivos do campesinato, manifestados através do saber acumulado e do simbólico. As práticas tradicionais agrícolas como o manejo do solo que prioriza a manutenção da cobertura vegetal, o controle natural das pragas e das sementes passaram a ceder lugar as inovações tecnológicas, cuja manifestação ocorre com a manipulação genética, utilização sistemática de máquinas agrícolas e agrotóxicos.

A segunda dimensão diz respeito à expropriação dos bens materiais dos camponeses e camponesas que se traduzem na desarticulação da unidade produtiva em decorrência da expansão da monocultura, da industrialização e da financeirização, subordinando ainda mais a família agricultora ao capital. Para Fernandes (2008, p.50): “Esse processo significou concentração de poder - consequentemente - de riqueza e de território. Essa expansão tem como ponto central o controle do conhecimento técnico, por meio de uma agricultura científica globalizada.”

Diante de um contexto de afirmação de políticas que priorizam o fortalecimento do agronegócio, as práticas educativas da Educação do Campo surgem desta contradição e contrapõem a lógica capitalista que marginaliza as

trabalhadoras e os trabalhadores ao expandir-se no território da agricultura camponesa, inviabilizando a permanência destes no campo. Não é possível pensar a construção da Educação do Campo para os sujeitos que lutam por um modelo de agricultura socialmente justo, e que almejam o campo como espaço no qual produzem sua existência, sem confrontar a racionalidade capitalista que reconhece o modo de vida dos (as) camponeses (as) incompatível com o projeto modernizador do país.

Assim, é fundamental, como aponta Caldart, (2015, p.5), compreender a Educação do Campo a partir da totalidade a qual está inserida:

... que não se pense a Educação do Campo fora da contradição fundamental entre capital e trabalho e, pela nossa opção de classe, sem o objetivo de superação das leis fundamentais de funcionamento da lógica de produção que move o capitalismo: exploração do trabalho e exploração da natureza.

Apesar da expansão do capital no território camponês, ou seja, no espaço integrador e multidimensional, nos últimos anos ocorreram avanços significativos, tendo em vista, a promoção da Educação do Campo, especialmente através de políticas públicas que foram construídas de forma articulada com o fortalecimento de programas de outros ministérios<sup>vi</sup>. Para

complementar, em 2014 foi sancionada a Lei Nº 12.960 de 27 de março que indicou a necessidade de fazer constar exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo. Contudo, a prática histórica de fechar escolas do campo atingiu números alarmantes e torna-se fator que motiva a saída dos jovens para centros urbanos. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2014), o Brasil fechou mais de 37 mil escolas rurais entre os anos de 2002 e 2015, isto representa queda de aproximadamente 102 mil estabelecimentos para 65 mil no referido período.

Além do fechamento das escolas do campo, outro desafio que motiva a saída dos jovens para a cidade trata-se da precariedade de condições físicas das instituições escolares que se encontram nestes espaços. Ainda, segundo dados do INEP (2014) em relação às escolas do campo, 13,5% não dispõem de água potável, 11, 2% não tem acesso à energia elétrica, 83,9% sem internet e 76% não possuem laboratório de informática. A estes fatores somam-se a frágil formação das educadoras e educadores, poucas escolas de Ensino Médio e escassos

projetos para a educação de jovens e adultos.

Outra problemática muito grave é a presença nas escolas do campo de inúmeros programas do agronegócio. A “Campanha Sou Agro”, que vem ampliando expressivamente nos últimos anos, por meio de projeto socioambiental que chega mediatizado pelas secretarias estaduais e municipais representa uma das ações mais bem articuladas pelo empresariado rural para desnaturalizar e desvirtuar a Educação do Campo. O que era uma iniciativa tímida, nos anos noventa, adquire bastante expressão nesta disputa hegemônica atual e atinge significativamente educandos, educandas e docentes em todas as regiões do Brasil. (Bruno, 2012).

As escolas do campo reconhecem e ajudam a fortalecer a identidade dos sujeitos que dela fazem parte através de sua cultura, suas lutas, seu trabalho, sua história. Elas representam não somente os ideais sociais, mas também os valores políticos que movem aquela população, contribuindo no processo de humanização do conjunto da sociedade. São espaços vitais importantes de articulação dos trabalhadores e trabalhadoras e, por isso, se tornam o alvo principal no projeto de **descamponização** que os modelos

hegemônicos têm desenvolvido por todo o país.

Ao problematizar a relação entre o modelo predominante atual no campo e a demanda da formação dos trabalhadores, Molina (2015) reflete que um dos fatores que justifica a alta competitividade do Brasil, enquanto um dos maiores exportadores de commodities, refere-se à utilização de força de trabalho do campo com custos expressivamente baixos. Acrescenta-se, também, a significativa exploração, especialmente dos trabalhadores nas lavouras de cana de açúcar e a baixa escolarização/formação destes sujeitos. E esta condição degradante de vida do trabalhador desencadeia em outros fenômenos como o da migração sazonal que, para Cover e Cerioli (2015), trata-se de outra estratégia dos grandes monopólios agrícolas com objetivo de acumular capital ao se beneficiarem da baixa escolaridade dos (as) jovens trabalhadores (as). O desenvolvimento do agronegócio não necessita de alto nível escolar dos (as) camponeses (as), não demanda grandes conhecimentos, somente alguns processos requerem qualificação de força de trabalho. Portanto, esta falta de perspectiva diante das dificuldades de acesso a instituições escolares com infraestrutura e ensino de qualidade, cursos universitários ou profissionalizantes tem

conduzido à vida urbana inúmeros (as) jovens camponeses (as) em busca de melhores condições sociais e econômicas.

Ainda no âmbito do fenômeno do êxodo da juventude camponesa e suas principais motivações, as pesquisas destacam que durante a década de 1980, especialmente, ocorria uma homogeneização do êxodo rural, ou seja, a família se deslocava para a cidade com o objetivo de melhorar as condições de vida. Contudo, atualmente, este cenário sofreu alteração uma vez que as mulheres migram mais do que os homens, o que produziu no campo o fenômeno da masculinização. Em estudo desenvolvido por Costa, Matos & Valle (2015) identificou-se que os processos de masculinização mais intensos no Brasil se dão mais fortemente na região Centro-Oeste, no oeste baiano e noroeste mineiro. Este fato decorre da invisibilidade feminina no campo motivada pela desvalorização do trabalho desenvolvido por elas e pela escassez de espaço reservado para estas nas atividades agrícolas, em que desempenham funções somente de auxiliares (Brumer, 2004). As jovens que se deslocam para a cidade, sendo muitas vezes incentivadas pelos próprios pais, buscam oportunidades de trabalho remunerado e também por reconhecimento. Para Abramovay et al. (1998), essa predominância de migração

feminina não se relaciona a um mercado de trabalho urbano favorável para esse gênero, porém, está ligado a desvalorização do seu trabalho no campo e a ausência de perspectiva.

A presença participante das mulheres aumentou com o passar dos anos e muitos espaços foram ocupados pelas agricultoras nas diversas instâncias dos movimentos sociais do campo e de outras organizações coletivas. Conforme estudos e ações da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO (2012), foi imprescindível o papel das mulheres para o desenvolvimento agrícola sustentável e para garantir a segurança alimentar do país. Mais recentemente, na tentativa de romper a invisibilidade feminina foi garantido o direito a reforma agrária, o acesso ao crédito rural, a participação e valorização na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER. Todavia, apesar desta outra perspectiva sobre o trabalho das mulheres na agricultura, estas permanecem pouco reconhecidas.

As desigualdades de gênero começam nas famílias, são reforçadas nas escolas, religiões, meios de comunicação que cotidianamente alimenta o machismo... Uma das expressões e consequências deste padrão de gênero desigual é o próprio trabalho socialmente necessário ... considerado como trabalho invisível, geralmente realizado pelas mulheres e não considerado como trabalho

porque não está diretamente vinculado à geração de lucro e renda, mas sim a subsistência e a manutenção da família (MST, 2013).

Quando analisamos a prática da agricultura familiar camponesa enquanto prática educativa, percebemos o quanto ela é humanizadora. A compreensão do campo como modo de vida contribuiu para uma recriação histórica, para a reexistência, uma emancipação de padrões que nos aproxima ou nos torna modelos ideais projetados por ideologias hegemônicas com o propósito de facilitar, diante de um grupo homogeneizado, suas práticas opressoras. Assim, é necessário reforçar os princípios da Educação do Campo, que buscam dialogar com “uma determinada tradição pedagógica crítica, vinculada a objetivos políticos de emancipação e de luta por justiça” (Caldart, 2004, p. 14).

Os elementos relacionados à desigualdade de gênero, especialmente aqueles que se relacionam a dimensão do trabalho, se integram na constituição das identidades dos sujeitos do processo educativo, aspecto elementar a ser ressaltado na prática educativa, e que vai forjar sua perspectiva de mundo e a maneira como se relacionam socialmente. Tais aspectos são sintetizados a partir das condições objetivas de produção de existência e o reconhecimento de práticas opressoras é imprescindível para a

emancipação dos sujeitos, sendo este um dos princípios que norteiam as práticas educativas da Educação do Campo. Deste modo, os diálogos encontram sustentação no concreto, na vida prática, nas experiências, articulando-se à outras maneiras de intervenção, considerando que as desigualdades de gênero, um dos catalisadores do fenômeno do êxodo rural, será superado a partir de alterações nas condições objetivas dos meios de produção e de cultura.

Além de fatores econômicos e oportunidades distintas conforme o gênero, o êxodo da juventude camponesa é, também, motivado pela busca desta categoria por outra identidade. As diferenças e desigualdades que caracterizam a cidade e o campo no Brasil ajudam a estigmatizar os (as) camponeses (as) diante de outros grupos territoriais. Os limites culturais, econômicos e sociais a que estão expostos os trabalhadores e trabalhadoras do campo, como a dificuldade do acesso a bens e serviços, ainda representam um dos fatores que provocam a exclusão e a invisibilização desses sujeitos. Conforme Wanderley (2007) os jovens enfrentam rótulos preconceituosos que o imaginário urbano constrói a respeito do mundo rural, que se relacionam ao caipira, arcaico e preguiçoso. Isto revela uma condição de

inferioridade desses (as) jovens nas suas distintas relações estabelecidas. Nesse contexto, a juventude tem elaborado formas próprias de relacionar com tal situação e procurado encontrar alternativas que lhes possibilite superar esse cenário e serem reconhecidos e vistos socialmente. A participação da juventude em organizações que representam os trabalhadores e as trabalhadoras rurais, inclusive compondo os quadros dirigentes, exemplificam estas estratégias de visibilidade.

Atualmente, ainda é muito expressiva a tentativa de depreciação da vida rural, utilizando para tanto a indústria da cultura como instrumento que naturaliza a diluição das fronteiras entre o rural e o urbano e colabora na desconstrução da identidade da juventude camponesa<sup>vii</sup>. A negação, por parte de considerável fração desta juventude, da condição social dos trabalhadores e trabalhadoras rurais enfatiza o repúdio a vivenciar a desvalorização, o desmerecimento e a inferioridade nas relações sociais. A necessidade de interação social, inclusão e reconhecimento caracterizam os inúmeros segmentos de jovens camponeses e ao se relacionarem em espaços sociais identificados como urbanos muitos buscam assimilar os comportamentos e os valores

do que é considerado avançado, negando-se a manifestar traços de sua cultura.

A grande questão é tratar a valorização e o resgate da identidade camponesa como uma prática pedagógica, social e política, pois trata-se de recusar a concepção do campo como espaço atrasado e que se encontra fadado ao desaparecimento, diante do avanço sistemático de um projeto que se utiliza, também, de uma cultura hegemônica que tem a pretensão de abranger e representar povos tão heterogêneos. Para tanto, a materialização da Educação do Campo exige práticas educativas coerentes com as especificidades do campesinato e que estejam articuladas a uma proposta curricular que contemple tais peculiaridades, mesmo porque ela não se realizaria de outra forma para os movimentos sociais e organizações que representam o coletivo dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. No entanto, um dos maiores desafios que se apresentam atualmente para a construção da Educação do Campo diz respeito à autonomia das instituições escolares em organizar um currículo próprio. Ainda que esteja garantido pela Lei nº 9.394/96 em seu artigo 26, quando trata da incorporação de características locais e regionais da cultura e da sociedade no currículo escolar para o ensino fundamental, a elaboração deste

documento específico ainda está distante de se concretizar na maioria das comunidades escolares camponesas. No plano real, as escolas do campo encontram-se, em grande parte, subordinadas as secretarias estaduais e municipais de educação, que por sua vez estão comprometidas em alcançar metas estabelecidas por órgãos de diversas esferas do governo. Esta dependência vai desde a interferência na parte de gestão, na construção de um currículo, calendário e materiais didáticos e até mesmo na contratação e formação dos educadores e educadoras. Este processo homogeneizado, por não distinguir as demandas de cada contexto, representa sérios entraves no avanço da concretização da educação para a classe trabalhadora camponesa. Um processo educativo padronizado tem como objetivo formar sujeitos para um espaço único, para as mesmas demandas históricas e desenvolver as mesmas reproduções socioculturais. Deste modo, o aspecto mais grave desta problemática é o fato de constituir-se enquanto fator que promova o êxodo da juventude camponesa para contextos urbanos, uma vez que, foram oferecidas, através das instituições escolares, condições e mecanismos para serem sujeitos históricos e sociais destes espaços.



Diante deste cenário, verifica-se que o grande compromisso e desafio da educação camponesa para os movimentos sociais é desenvolver a capacidade crítica e emancipatória das trabalhadoras e trabalhadores do campo. Ressalta-se que a valorização e resgate da história, cultura e identidade, através de uma política nacional de Educação do Campo, constituem elementos imprescindíveis para a materialização de práticas libertadoras. Portanto, o compromisso ético deste projeto educativo é expresso pela sua vinculação à dimensão histórica da sociedade.

Quando compreendemos a educação como um processo que se refere à emancipação humana, percebemos quanto os valores do campo fazem parte desta ação de superar um modelo socioeconômico concentrador que adquire cada vez mais espaço no Brasil e na América Latina. A questão, portanto, é mais fundamental, é voltar-se às raízes culturais do campo e trabalhá-las, integrá-las como uma herança coletiva que movimenta e inspira lutas por direitos, pela terra, por um projeto democrático. É necessário romper a visão de que a cultura camponesa é paralisante, voltada para a manutenção de formas de valores arcaicos. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por exemplo, tem demonstrado

o quanto esta concepção incomoda, por tudo que o campesinato tem apresentado de dinâmico e avançado (Arroyo, 2015). O debate atual em torno das práticas agroecológicas tem sido exemplo da capacidade dos (as) camponeses (as) de estarem à frente de discussões que ressignificam a condição humana e sua relação com a natureza. Foram os (as) camponeses (as), através dos movimentos sociais, que instigaram os espaços acadêmicos para a investigação da agroecologia como prática necessária para o desenvolvimento de uma agricultura socialmente justa e culturalmente sensível. Do mesmo modo, as discussões sobre o avanço da territorialização do agronegócio no Brasil e o impacto na garantia da soberania alimentar também foram intensificados através dos movimentos sociais do campo e, estes debates, se estenderam para outros espaços por intermédio de tais organizações coletivas.

viii

As experiências que o campesinato brasileiro vem revelando nas últimas décadas, sejam elas de caráter político, cultural e educativo, têm demonstrado que ocorre uma reação de enfrentamento às distintas formas de marginalização aos quais os (as) camponeses (as) estão sendo submetidos (as) e, cujos mecanismos desta contraposição, são forjados em muitos

espaços e ocasiões pelo protagonismo da juventude. Este engajamento aponta que a permanência da juventude no campo poderá vincular-se a emancipação destes sujeitos, alcançada através de melhorias na qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras camponesas, nas suas múltiplas dimensões, garantidas por meio de uma mudança fundiária estrutural proveniente de uma reforma agrária ampla e massiva.

### **Considerações Finais**

O êxodo rural consiste em um processo que se intensificou na segunda metade do século passado e que permanece acentuado, especialmente entre jovens que saem do campo para encontrar outras oportunidades e acabam se fixando no meio urbano, retirando-se de vez do campo. Este fenômeno é resultante de inúmeros fatores, em que sobressai a falta de políticas públicas abrangentes que garantam a superação de intensas desigualdades socioeconômicas. Esta problemática está intrinsecamente relacionada com a construção da Educação do Campo e dos desafios referentes à materialização dos seus princípios e valores. E, assim, não podem ser analisadas distante das políticas públicas de Educação do Campo que são imprescindíveis para a

garantia deste projeto educativo. Portanto, a superação do êxodo da juventude camponesa deverá realizar-se no âmbito da construção e execução de políticas públicas sólidas e que contemplem diversas dimensões da vida destes sujeitos, como os processos sociais, culturais e econômicos. Tais aspectos, organizados dentro de um espaço e tempo peculiar, constituem um modo de vida que permanece apesar das diversas transformações pelas quais o campesinato passou.

Para que se realize a implantação de um desenvolvimento que atenda as demandas dos coletivos camponeses, é fundamental que as políticas educacionais contemplem a diversidade e extensão do campesinato, reconhecendo a realidade objetiva das populações a que se destinam.

Estas políticas educacionais precisam considerar as possibilidades para o desenvolvimento do campo, mas não como parte estanque e isolada da sociedade; o campo deve ser pensado e entendido como parte componente, como parte constituinte, como parte integrante do território e da realidade social, política e econômica brasileira. O campesinato precisa ser apreendido tanto em sua totalidade quanto em sua heterogeneidade, nas suas contradições, como espaço de luta que abriga opiniões e interesses distintos de grupos diversos e no protagonismo da

juventude, engajada nos movimentos sociais e em outras formas de mobilização popular, como agente de transformação.

## Referências

- Abramovay, R., Silvestro, M., Cortina, N., Baldissera, T., Ferrari, L., & Testa, M. (1998). *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília, DF: Edições UNESCO.
- Arroyo, M. G. (2015). Os Movimentos Sociais e a construção de outros currículos. *Educar em Revista*, (55), 47-68. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.39832>
- Brumer, A. (2004). Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas*, 12(1), p. 205-227.
- Bruno, R. (2012). Movimento Sou Agro: marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio. In *36º Encontro Anual da ANPOCS*. Fortaleza, CE.
- Caldart, R. S. (2015). *Sobre a especificidade da Educação do Campo e os desafios do momento atual*. Porto Alegre, RS: Mimeo.
- Caldart, R. S. (2002). Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In Arroyo, M. G. Caldart, R. S., & M. C. Molina, (Orgs.). *Por uma educação do campo* (pp. 148-158). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Caldart, R. S. (2004). Elementos para Construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In Molina, M. C., & Jesus, S. (Orgs.). *Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo, cadernos: Por uma Educação do Campo* (pp. 10-31). Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Carneiro, M. J., & Castro, E. G. (Orgs.). (2007). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X.
- Castro, E. G. (2005). *Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Costa, A. Matos, R. E., & Valle, M. H. (2015). Análise dos processos de masculinização no meio rural dos municípios brasileiros segundo porte populacional e grau de modernização da agropecuária. *Revista de Geografia Agrária*, 21 (12), 271-292.
- Cover, M., & Cerioli, P. C. (2015). Juventude Rural e os modelos de desenvolvimento. In Leão, G., & Antunes-Rocha, M. I. (Orgs.). *Juventudes Camponesas* (pp. 48-62). Belo Horizonte, MG: Editora Autêntica.
- Fernandes, B. M. (2008). Entrando nos territórios do Território. In Paulino, E. T., & Fabrini, J. E. (Orgs.). *Campesinato e territórios em disputa* (pp. 273-301). São Paulo, SP: Expressão Popular.
- Food and Agriculture Organization of the United Nation. (2012). *Agricultura y Desarrollo Rural: manual sobre Género en Agricultura*. Roma: Recuperado em 12 de janeiro de 2017, de <http://www.fao.org/3/aj288s.pdf>
- Galindo, E. (2014). Em Pauta: Juventude rural e políticas públicas. In Menezes, M., Stropasolas, V., & L. Barcellos, S. B. (Orgs.). *Juventude rural e políticas públicas no Brasil* (pp. 122-144). Brasília, DF: Presidência da República.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Sinopse do Censo*

*Demográfico* 2010. Rio de Janeiro, RJ: Recuperado em 03 de janeiro de 2017, de <http://www.ibge.gov.br>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2006). *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro: Recuperado em 03 de janeiro de 2017, de <http://www.ibge.gov.br>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. (2014). *Censo Escolar*. Brasília: DF: Recuperado em 03 de janeiro de 2017, de [www.portal.inep.gov.br](http://www.portal.inep.gov.br).

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (1996, 23 de dezembro). Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Recuperado de: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao>

Linhares, M. Y., & Silva, F. C. (1999). *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Campus.

Maia, A. G., & Sakamoto, C. S. (2014). A nova configuração do mercado de trabalho agrícola brasileiro. In Buainain, A. M. (Org.). *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola* (pp. 621-652). Brasília, DF: Embrapa.

Marx, K. (1983). *O Capital: Crítica da Economia Política*. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo, SP: Abril Cultural.

Menezes, M. A. (2007). Entre o bagaço da cana e a doçura do mel: migrações e identidades da juventude rural. In Carneiro, M. J., & Castro, E. G. (Orgs.). *Juventude rural em perspectiva* (pp. 167- 183). Rio de Janeiro, RJ: Mauad X.

Molina, M. C. (2015). A educação do campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas. *Educação em Perspectiva*, 6(2), 378-400. DOI:

<https://doi.org/10.22294/eduper/ppge/ufv.v6i2.665>

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (2013). Sobre os nossos desafios e as linhas políticas de atuação do MST. In *Cartilha do IV congresso*. São Paulo, SP.

Oliveira, L. T. (2015). Educação do Campo e as lutas dos movimentos sociais pelos direitos às políticas públicas. *Revista Retta*, 3(11), 35-2.

Stropassolas, V. L. (2002). *O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina.

Wanderley, M. B. (2007). Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In Carneiro, M. J., & Castro, E. G. (Orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. (pp. 35-62). Rio de Janeiro, RJ: Mauad X.

Weisheimer, N. (2007). Socialização e projetos de jovens agricultores familiares. In Carneiro, M. J., & Castro, E. G. (Orgs.). *Juventude rural em perspectiva* (pp. 237-252). Rio de Janeiro, RJ: Mauad X.

---

<sup>i</sup> Instituído através da portaria nº 10/98, em 16 de abril de 1998 pelo Ministério Extraordinário da Política Fundiária, sendo incorporado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 2001.

<sup>ii</sup> Criado em 2007 pelo Ministério da Educação como iniciativa da então Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade – SECAD.

<sup>iii</sup> Previsto pelo Decreto nº 7.352 foi instituído por meio da Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013.

<sup>iv</sup> Neste texto utilizamos os parâmetros definidos pelo Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013), que considera jovem a população entre 15 e 29 anos.

<sup>v</sup> Pacote tecnológico representado pelos insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação,

mecanização e grandes extensões de terra, cujo objetivo foi ampliar a oferta de alimentos por meio da valorização do aumento da produtividade agrícola através de uma tecnologia de controle da natureza de base científico-industrial.

<sup>vi</sup> A exemplo disto temos a instituição do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNEA)

<sup>vii</sup> Ressalta-se que a literatura e a música popular contribuíram de maneira significativa para este processo de mistificação dos trabalhadores e trabalhadoras camponesas, que resultou nesta visão discriminatória. Dentre as imagens que se afirmavam sobre o homem do campo, sobressaiu a figura depreciativa que Monteiro Lobato construiu através do “Jeca Tatu”, em 1914, que representava a projeção antagônica do homem moderno. A partir da constituição das primeiras cidades, ainda no início do século XX, principalmente no eixo Rio-São Paulo, a vida campestre era compreendida como grande sofrimento, imersa em privações, e esta ideia é expressa e difundida significativamente por inúmeras canções populares, adquirindo destaque a composição “No Rancho Fundo”, de Ary Barroso (Linhares & Silva, 1999).

<sup>viii</sup> Ver Borsatto, R. S., & Carma, M. S. (2013). Construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. *RESR*, 51(4), 645-660.

#### Informações do artigo / Article Information

Recebido em : 27/02/2017  
Aprovado em: 02/05/2017  
Publicado em: 07/12 /2018

Received on February 27th, 2017  
Accepted on May 02nd, 2017  
Published on December 07th, 2018

**Contribuições no artigo:** A autora foi responsável pela elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do artigo, e aprovação da versão final publicada.

**Author Contributions:** The author was responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

**Conflitos de interesse:** A autora declarou não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

**Conflict of Interest:** None reported.

#### Orcid

Marizete Andrade da Silva



<https://orcid.org/0000-0001-5901-6814>

#### Como citar este artigo / How to cite this article

##### APA

Silva, M. A. (2018). Interfaces entre a Educação do Campo e o êxodo rural da juventude camponesa. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 3(3), 970-990. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n2p970>

##### ABNT

SILVA, M. A. Interfaces entre a Educação do Campo e o êxodo rural da juventude camponesa. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 3, n. 3, set./dez., p. 970-990, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n2p970>